



ATA Nº 3/2016

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, Filipe Montez Coelho Madeira, António Manuel da Silva Moreira, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho e Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, procedendo-se às respetivas substituições. Foi também justificada a falta do Deputado Municipal Rui Miguel da Costa e Silva, não se procedendo a substituição por impossibilidade de convocatória. -

----- Pelas catorze horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum (23 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 2/2016 referente à sessão ordinária de 30 de abril. -----

----- Aprovada a ata n.º 2/2016 por maioria dos presentes com direito de voto, com 19 votos a favor, não participando na votação, por não terem estado presentes na anterior sessão, os Deputados Municipais Hilário da Silva Santos, Vera Alexandra Costa Simões, Ana Catarina Coelho Pinto e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo (23 presenças). -----



----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços da Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, prestou as seguintes informações: -----

----- a) Deu conhecimento de que a pedido da Câmara Municipal e por indicação da Senhora Presidente da Câmara Municipal o Ponto I dos Assuntos para deliberação - “*Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios – AMO +*” - é para retirar, pois que, e entretanto, foi dado conhecimento à Câmara Municipal de que iriam ser introduzidas alterações adicionais aos referidos Estatutos, pelo que, e em face disso, o assunto regressará posteriormente a esta Assembleia Municipal, já com essas novas alterações. Em conformidade, o Ponto 1 dos assuntos para deliberação será eliminado. -----

----- b) Deu conhecimento do pedido de suspensão de mandato por um período de noventa dias subscrito pelo Deputado Municipal António Manuel da Silva Moreira, por email recebido na sexta-feira, 24 de junho de 2016, às 10h51m. Nos termos do nº 2, do artigo 13º, do Regimento este pedido deverá ser apreciado/aprovado pelo plenário na reunião imediata á sua apresentação, ou seja, na reunião de hoje. Neste enquadramento, este assunto - “*Aprovação do pedido de suspensão do mandato apresentada pelo membro desta Assembleia Municipal António Manuel da Silva Moreira por um período de noventa dias.*” - passará a ser o Ponto I dos Assuntos para deliberação. -----

----- c) Concluiu clarificando que em consequência da eliminação do Ponto I constante da Ordem de Trabalhos e da introdução deste novo ponto (apreciação do pedido de suspensão de mandato), a Ordem de Trabalhos passará a ser a seguinte: -----

----- Ponto I - Aprovação do pedido de suspensão do mandato apresentada pelo membro desta Assembleia Municipal, António Manuel da Silva Moreira, por um período de noventa dias. -----

----- Ponto II – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2015; ---

----- Ponto III – Relatório de Acompanhamento do PAEL – 1º Trimestre de 2016; -----

----- Ponto IV – Proposta de Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior e Estabelecimento de Medidas Preventivas; -----



----- Ponto V – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2016. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para falar da apresentação dos projetos da requalificação da frente ribeirinha do rio Maior, endereçando, desde logo, os parabéns ao Executivo por avançar com um projeto desta dimensão e que faz falta à cidade. Agradeceu os esclarecimentos prestados pela Presidente da Câmara e pelo Vereador Carlos Frazão que acrescentaram ao debate detalhes técnicos e de ordem espacial que a equipa projetista não soube explicar. Referiu ainda que a equipa projetista, num discurso repleto de adjetivos, trouxe uma imagem virtual de um edifício para a Villa Romana, uma planta do mesmo e uma planta de enquadramento mas, embora a imagem fosse bonita, na planta percebeu-se a falta de relação com a pré-existência e que a planta de enquadramento não era legível, o que suscitou muitas dúvidas sobre os acessos, relação com a cidade e com o cemitério. Acrescentou que apesar de saber que o cemitério irá permanecer naquele local, o mesmo pode ter outro aspeto e deixar de ser um espaço desagradável, demasiado exposto e com apenas uma árvore, não sendo difícil à equipa projetista pensar naquele espaço como parte do plano e propor soluções de enquadramento para uma mais-valia dos projetos adjacentes. Em suma, disse que não se trata apenas de fazer um edifício bonito, e sim de responder a problemas de natureza urbana que justifiquem a sua intervenção porque os riomaiorenses merecem o melhor. -----



----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Solicitou que lhe fossem prestadas informações acerca da realização de reunião com a Infraestruturas de Portugal sobre a EN 114 e sobre o encerramento da estrada no nó da Asseiceira que liga a EN 1 ao IC 2 e ainda se existe ou não um contrato assinado, desde o executivo presidido por Silvino Sequeira, entre a Câmara Municipal e a Infraestruturas de Portugal para o alargamento e requalificação da EN 114 no troço entre a portagem e o Gato Preto. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir aos Presidentes de Junta que desenvolvem um trabalho que todos apreciam e admiram e, neste momento, a dois em particular devido a situações que se passaram recentemente e que quis salientar. Referiu-se em primeiro lugar ao Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas e a tudo o que passa naquela localidade desde inaugurações até aos melhoramentos efetuados e a todo o trabalho desenvolvido na sequência daquilo que já tinha sido feito anteriormente. Considerou um trabalho com todo o mérito e afirmou que Alcobertas seguramente está hoje diferente e melhor em todos os aspetos. Depois, referiu-se também ao Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior que tem feito um trabalho excecional nos caminhos rurais da freguesia, que acompanhou de perto, reconhecendo não só a importância desse trabalho mas também aquele que agora decorre na ligação da Azinheira à Zona Industrial, aproveitando para se referir, mais uma vez, à situação dos areeiros e as implicações para as populações da Azinheira e de Rio Maior com as centenas de cargas de areias que têm passado por dentro de Rio Maior. Terminou dizendo que tem esperança que o Presidente da Junta de Rio Maior esteja solidário com as populações porque se trata de um problema demasiado grave para passar impune. -----

----- Referiu-se ainda, novamente, aos cães abandonados que são em número elevado levando à degradação dos locais e apelou que se interceda junto do responsável pelas condições higio-sanitárias no sentido de diminuir o impacto desta situação. -----

----- Por último agradeceu o convite para estar presente na abertura da piscina descoberta que é mais um espaço e zona de lazer bem concebida, bem pensada e



bem realizada endereçando os parabéns aos responsáveis pela concretização da mesma. -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que estes são tempos que dão razões à juventude riomaiorense para se alegrar, nomeadamente com a inauguração das piscinas municipais para lazer e convívio dos mesmos, endereçando os parabéns ao Executivo pela obra feita, competência e rapidez na sua execução. -----

----- Acerca da Semana de Juventude, que decorreu no final do mês de abril, deu conhecimento que os jovens riomaiorenses foram convidados a participar no conjunto de atividades desportivas, lúdicas e culturais organizadas por este Executivo, participando, no total, quatro mil quatrocentos e quarenta jovens. Referiu que na 3ª edição da *Color Fun Tour* participaram mil quinhentas e vinte pessoas, mais quinhentos participantes que no ano passado. Evidenciou ainda o Dia Solidário, organizado em conjunto com o CLDS, que contou com seiscentos e setenta e dois participantes, mais cento e sessenta e oito que no ano passado, e para o qual contribuíram também a Escola Superior Desporto de Rio Maior, a Escola Profissional de Rio Maior, a Escola Superior de Enfermagem de Santarém, da Associação H2O e da Associação dos Chãos. Deu ainda conta que esta organização contou com a participação de cento e dezanove voluntários e que a atividade custou, por participante, dois euros e dez cêntimos, e considerou este saldo como extremamente positivo por se conseguir envolver os jovens de Rio Maior por um baixo valor para o orçamento do Município. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que estes são tempos de mudança e confiança naqueles que lutam por valores, princípios, causas e direitos. Continuou dizendo que há apenas meio ano poucos acreditavam e confiavam na luta das populações, dos trabalhadores, das massas que levaria inevitavelmente à alteração da correlação de forças e de uma nova arrumação das forças partidárias na Assembleia da República e que também poucos acreditavam que seria possível reverter os danos causados pela política de direita imposta ao povo português pelas troikas internas e externas, FMI, BCE, União Europeia e PSD/CDS. Disse ainda que era afirmado que não havia alternativa para a governação o que considerou como falso em face dos avanços feitos como a reversão



dos feriados, a aplicação da 35 horas a toda a administração pública, a alteração do IVA da restauração para 13%, o fim dos exames, o fim da prova para professores que entraram na carreira docente, e outras pequenas reposições dos direitos que foram tirados os portugueses. Deu conhecimento que o PCP, cumprindo o compromisso assumido com as populações, entregou um projeto-lei para reposição das freguesias em geral englobando o concelho de Rio Maior e propondo a reposição de todas as freguesias anteriormente existentes. Deu também conhecimento do agendamento potestativo agendado para dia 30 de junho, proposto pelo PCP e que é de enorme importância para as populações e órgãos autárquicos que sempre se opuseram ao processo de extinção das freguesias. Afirmou também a luta que não é apenas em relação às freguesias mas também pela construção da residência estudantil da Escola Superior de Desporto cujas verbas foram retiradas do orçamento geral do Estado por duas vezes. Por fim, acerca da vitória da saída da União Europeia no referendo realizado no Reino Unido, considerou que este constitui um acontecimento de uma amplitude tremenda para o povo do Reino Unido e para todos os povos da Europa, não apenas os restantes 27 mas todos os países e que representa uma alteração ao paradigma no processo de integração capitalista europeia, abrindo um novo patamar de luta daqueles que se debatem há décadas contra a União Europeia do grande capital e das grandes potências económicas, contra a austeridade, contra serem sempre os mesmos a pagar os desmandos, a corrupção dos governos e lutam por uma europa dos trabalhadores e dos pobres. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para sublinhar que de facto se vive um novo tempo no país e que é o tempo de dar esperança aos portugueses, com responsabilidade. Afirmou que o caminho que está a ser feito não é fácil, exige diálogo, exige convergência, em que, em seu entender, existem duas variáveis que têm que ser sempre cumpridas, que é honrar os compromissos estabelecidos no programa de Governo, considerou que é isso que está a ser feito, e fazê-lo com responsabilidade, porque só com responsabilidade é que este caminho é possível. Continuou dizendo que exemplo disso é o que se passa na Europa e deve preocupar a todos como eleitos locais e fundamentalmente como cidadãos do mundo que, cada vez mais globalizado, descurou questões essenciais que hoje se vêm com efeitos económicos muito complicados. Reforçou que para questões complicadas não existem soluções simples



e que, perante isso, todos estão convocados para, num caminho de responsabilidade, fazer algo que não tem sido feito nos últimos tempos, que é cumprir o prometido nos períodos eleitorais e nos programas apresentados aos eleitores. Por fim abordou o tema das freguesias, dizendo que é algo que deve convocar a todos e um tema que está no programa do Governo e que acredita que o debate que vai ser feito na Assembleia da República contribuirá para o cumprimento daquilo que está previsto no programa de Governo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- No seguimento das intervenções anteriores e particularmente no que se refere à saída do Reino Unido da União Europeia quis dizer que a história se repete, que se repetiu em 1914, no período de 1933 a 1939 e depois com a 2ª Guerra Mundial e que, nessa altura, isoladamente, um homem contra tudo e todos, chamado Winston Churchill, foi avisando e ninguém acreditou e as coisas aconteceram. Salientou que a Comunidade Económica Europeia hoje, tal como existe, visou evitar guerra, conseguiu o maior período de paz de sempre na Europa, e que a partir de agora não se sabe o que poderá acontecer, lamentando muito que alguns partidos de esquerda e partidos de extrema-direita estejam colados na satisfação e a aplaudir o que aconteceu em Inglaterra. Terminou dizendo que futuro falará e os filhos de todos cá estarão para, eventualmente, sofrer as consequências daquilo que vier a acontecer. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio dizendo, desde logo, que concorda em tudo com a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal e que no futuro se verá as consequências quanto à saída do Reino Unido da Comunidade Europeia. -----

----- Relativamente à construção da piscina exterior endereçou os parabéns à Câmara Municipal e à Desmor pelo trabalho e pelo empenho que teve na execução da obra e na sua finalização. Considerou que esta nova piscina era uma necessidade em especial para os jovens do concelho que desde o fecho das piscinas existentes não tinham um local para lazer tendo que se deslocar para outros locais. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Projeto de requalificação da Villa Romana e da frente ribeirinha: Agradeceu ao Deputado Nuno Raimundo por ter feito aquilo que muitos, em seu entender, deviam ter feito, que era ter assistido para que pudessem avaliar e manifestar-se sobre o projeto em causa. Sobre as questões levantadas, disse que o cemitério não é uma zona desagradável é sim uma zona sensível que permanecerá por muitos anos e que haverá certamente capacidade de o integrar na requalificação a fazer permitindo que ambas as situações possam conviver. -----

----- Cães abandonados: Disse ser uma preocupação que partilha e que será registada intervenção e encaminhado ao serviço competente. -----

----- Semana da Juventude: Agradeceu a todo o movimento associativo que se envolveu nas atividades que foram, em grande parte, escolhidas pelos jovens e para os jovens. -----

----- Juntas de Freguesia: Sobre as freguesias disse que não pode concordar com a proposta imediata de repor as freguesias tal qual eram porque este assunto irá ser discutido na Assembleia da República devendo ser aguardado o projeto-lei e a sua aprovação e que devem ser evitadas precipitações porque a reversão da situação sem consulta dos próprios pode revestir o mesmo erro cometido aquando da agregação. Considerou que este tipo de situação deve ser feita com tempo, com consulta às populações, aos presidentes de junta e assim se conseguir algo consensual. -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Requalificação da Estrada Nacional 114 e IC2: Informou, mais uma vez, que relativamente à EN 114 que foi assinado em 2009 um protocolo entre a Câmara Municipal, a então Estradas de Portugal (agora Infraestruturas de Portugal) e o Secretário de Estado das Infraestruturas e que considerou que deve agora ser a hora



de o cumprir visto que o Governo que o assinou é novamente executivo. Acrescentou ainda que nos últimos contactos feitos com a Estradas de Portugal foi considerada a disponibilidade, caso a obra seja cofinanciada pelos fundos comunitários, em aquela entidade comparticipar em 7,5% da verba necessária e a autarquia com outros 7,5%, pressupondo que poderá haver um financiamento de 85%. -----

----- No que se refere ao IC 2 deu conhecimento que houve uma reunião com a direção da Estradas de Portugal em Santarém com deslocação ao local e que estão a ser elaborados vários estudos para ver qual é que vai ser o processo que vai ser utilizado para a recuperação sem tempo previsto porque vai ser um projeto dispendioso e moroso. Continuou que durante estes anos muitas têm sido as reuniões realizadas e muito se tem insistido na aprovação do projeto que foi entretanto alterado, mas não tem havido respostas definitivas da Administração Central. Afirmou que se continuam a desenvolver todos os esforços para a concretização deste projeto que tem o apoio de todos e se reveste de grande importância. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Rio Maior 2016-2018** -----

----- **Documentos de Prestação de Contas 2015 da CIMLT** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Aprovação do pedido de suspensão do mandato apresentada pelo membro desta Assembleia Municipal, António Manuel da Silva Moreira, por um período de noventa dias** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto, conforme comunicação do deputado que o subscreveu. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Ponto II – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de um procedimento legal a cumprir sobre as entidades detidas ou participadas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa que se transcreve na íntegra:** -----

----- “As contas consolidadas são um documento para conhecermos o património do Município, o móvel e imóvel, as participações nas diversas empresas, o ativo líquido, o passivo, os fundos próprios e o resultado líquido do exercício, seja no município ou noutras entidades. Este documento também prova o quanto trágico para as autarquias foi o Governo PSD/CDS, nomeadamente com a criação do FAM, que retira ao Município de Rio Maior mais de setecentos mil euros a pagar em sete anos para fazer face à má gestão de outros autarcas. Solidário sim mas galegos não. Votámos a favor, achamos contudo que isto é uma injustiça.” -----

---- Pediu ao Presidente da Assembleia Municipal a oportunidade para endereçar os parabéns a todos os que participaram na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Rio Maior que considerou muito bem feito de grande qualidade.-----

----- **Ponto III – Relatório de Acompanhamento do PAEL – 1º Trimestre de 2016** ---

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se apresenta o relatório do 1º trimestre do ano de 2016 para monitorização e fiscalização pela Assembleia Municipal que é o órgão que detém a competência para o efeito. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Interveio para reiterar a discordância relativamente a este plano de ajustamento financeiro que decorre das imposições do PAEL e que não pode, a CDU, concordar



com a lógica de que para se pagar a dívida às grandes empresas de águas, resíduos, EDP, etc., se tenha que aumentar as taxas, coimas e tarifas, usando assim a prática de pagarem sempre os mesmos. Aconselhou a leitura do quadro da página 4 do documento onde são manifestos os brutais dos custos da água, do saneamento básico e dos resíduos sólidos. Terminou dizendo que por tudo o que antecede, mantendo a coerência de a CDU ser contra o PAEL e esta política autárquica, perante o relatório apenas lhes resta a abstenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor e 7 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Vera Alexandra Costa Simões, Ana Catarina Coelho Pinto, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Como já tive oportunidade de dizer aqui nesta casa, continuo a entender que o PAEL se trata de um presente envenenado, não votamos contra porque compreendemos que se trata de uma imposição legal, por discordamos da execução financeira das medidas previstas no PAF, designadamente pelo exagero nas tarifas da água, daí a nossa abstenção.” -----

----- **Ponto IV – Proposta de Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior e Estabelecimento de Medidas Preventivas** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que esta situação se deve à necessidade de se avançar com obras de interesse social e que de outra forma não seriam possíveis de executar. Acrescentou que se trata de um procedimento legal e esta é a proposta da Câmara Municipal para possibilitar a sua execução e que contém pareceres das entidades com competência na matéria, nomeadamente a CCDRLVT. --

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que lamentavelmente a revisão do PDM continua por fazer e que brevemente serão duas décadas de espera. Considerou que a realidade não é estática e que a sociedade e as suas necessidades alteram-se e que perante isto é imperioso



concluir a revisão do PDM para evitar os casos de excecionalidade. Acerca do caso em concreto, disse a proposta de suspensão parcial do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior e o estabelecimento de medidas preventivas justifica-se, em seu entender, como resposta ao munícipes de Rio Maior, das necessidades relacionadas com a prestação de serviços de qualidade para a 3ª idade, nomeadamente através da recuperação do edifício existente da Santa Casa da Misericórdia bem como a sua ampliação, requalificação e beneficiação. Reforçou que a CDU entende que se deve fazer a obra para melhorar a qualidade da prestação de serviços aos utentes e que apoia integralmente a proposta que é apresentada, ressalvando, contudo, que entendem que deve haver fiscalização do cumprimento das medidas preventivas porque uma exceção não deve tornar-se uma rotina. Indicou o sentido de voto a favor.-

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos adicionais. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Clarificou que o processo de revisão do PDM tem sido moroso muito devido à intervenção das entidades com competência nas matérias abrangidas que, por diversos fatores internos de funcionamento, não têm, em tempo oportuno, conseguido das os pareceres e posições previstas na lei e também às sucessivas alterações legislativas que levam à obrigatória adequação de documentos e procedimentos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 1 abstenções do Deputado Municipal Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente a este ponto queria acrescentar que não concordo com a suspensão deste instrumento que serve sobretudo para fomentar o desenvolvimento da nossa cidade, no entanto sou sensível ao carácter da obra a viabilizar e daí a minha abstenção.” -----

----- **Ponto V – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que esta alteração vem na sequência do desenvolvimento do projeto com a designação de “Ser Maior” no âmbito das atividades de animação e de apoio à família para implementar no início do ano letivo 2016/2017



nos jardins-de-infância localizados fora do núcleo urbano de Rio Maior. Disse ainda que a concretização deste projeto levou à adequação das funções e lugares dos trabalhadores do Município nele envolvidos e daí a alteração ao Mapa de Pessoal aprovado. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por afirmar que a CDU continua firme na opinião de que encerrar uma escola ou um jardim-de-infância nas freguesias significa sempre uma perda para o Concelho, pois as freguesias perdem atratividade, perdem população, em particular jovens, e assiste-se assim ao definhamento das aldeias e vilas. Relembrou que nos últimos vinte anos todas as freguesias do Concelho perderam população exceto a freguesia de Rio Maior e a da Asseiceira e que mais cedo do que tarde certas decisões que pareciam irreversíveis deixarão de o ser por exigência das populações, tais como a reabertura das escolas e jardins-de-infância fechados. Continuou dizendo que o facto de um riomaiorense viver no meio rural não pode significar que sejam riomaiorenses de segunda, seja nos acessos aos serviços públicos constitucionalmente consagrados seja no aumento de custos e diminuição da qualidade de vida. Afirmou ainda a CDU concorda em absoluto com a escola e jardins-de-infância a tempo inteiro e com qualidade mas que não pode concordar com o apoio às atividades de animação e apoio à família que se consubstancia num depósito de crianças. Salientou que sendo a criança o centro de todas as políticas e da relação pedagógica devem ser respeitadas as opções de cada família quanto à inscrição, à duração e transporte, ou seja, referindo-se a este caso em concreto não se poderá acabar com o autocarro das 16 horas e 30 minutos que transporta as crianças dos centros escolares até às suas freguesias de residência. Concordou com a afetação dos nove postos de trabalho com vínculo e de natureza permanente a esta área mas clarificou que as políticas de transportes escolares do município vão ter que mudar rapidamente para melhor e nunca para diminuir o existente. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram quinze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____